

ACORDO DE EXECUÇÃO

Entre:

Município de Almeirim, NIPC 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, neste ato legalmente representado por Pedro Miguel César Ribeiro, solteiro, maior, natural de Almeirim, onde reside, que intervém neste ato na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, com competência própria que lhe é conferida pela alínea a) no número 1 e alínea f) do número 2 do Artigo 35º do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante

E

Junta de Freguesia da Raposa, numero de identificação de pessoa colectiva 501305203, com sede no Largo Nuno Alvares Pereira, 2080-701 Raposa, representada neste ato por Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro, portadora do cartão do cidadão nº 07434915 5zz1, válido até 01.06.2015, casada, natural de Almeirim, residente na Rua de Stº António, Lote 108, 2080-701 Raposa, que intervém neste ato na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, com competência própria que lhe é conferida pela alínea a) do número 1 do artigo 18º do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, adiante designada por Junta de Freguesia ou Segunda Outorgante

Considerando que:

- A. Nos termos do número 1 do artigo 132.º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, consideram-se delegadas nas juntas de freguesia as competências aí expressamente referidas.
- B. A produção dos efeitos desta delegação legal estão dependentes da celebração de um acordo de execução nos termos do artigo 133.º do referido diploma legal.

- C. Em estudo levado a cabo pelos serviços competentes do Município, com o auxílio das informações fornecidas pela Freguesia, se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente Acordo pela Junta de Freguesia da Raposa;
- D. O exercício destas competências pela Junta de Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais e concretiza uma boa articulação entre o município e a freguesia.

Após a aprovação dos respectivos órgãos deliberativos, é reciprocamente aceite e de boa fé celebrado o presente acordo de execução, que se regerá pelas clausulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente acordo de execução concretiza a delegação na Junta de Freguesia da Raposa das seguintes competências da Câmara Municipal:

- a) Gestão e manutenção de espaços verdes, identificados no Anexo I, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 132º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, na freguesia de Raposa e pertencentes ao património do Município, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 132º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Cláusula 2ª

Âmbito territorial

O âmbito territorial de aplicação do presente acordo respeita a todas as povoações da Freguesia de Raposa.

Cláusula 3ª

Gestão e manutenção de espaços verdes

1. A gestão e manutenção de espaços verdes deverá constar essencialmente de: conservação de relvados, conservação de herbáceas, conservação de árvores e arbustos.
2. A manutenção abrange as zonas ajardinadas incluindo os passeios e zonas pedonais adjacentes, no seu estado actual, com as melhorias naturais que o tempo e os cuidados permanentes comportam.

Cláusula 4ª

Vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza das sarjetas e sumidouros.

Cláusula 5ª

Obrigações e Direitos do Município

1. Constituem obrigações do Município:
 - a) Transferir para a Junta de Freguesia as verbas necessárias ao exercício das competências delegadas;
 - b) Apoiar tecnicamente a Junta de Freguesia;
2. Constituem direitos do Município:
 - a) Verificar o modo como está a ser exercida a gestão e manutenção de espaços verdes;
 - b) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
 - c) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentos necessários à verificação do constante nas alíneas anteriores;

Cláusula 6ª

Obrigações e Direitos da Junta de Freguesia

- 1 Constituem obrigações da Junta de Freguesia:
 - a) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz;
 - b) Prestar as informações que a Câmara Municipal lhe peça sobre os atos praticados no exercício das competências delegadas;
 - c) Dar conhecimento, no prazo de 15 dias, à Câmara Municipal, de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
 - d) Remeter-lhe os relatórios referidos na cláusula 9ª, nos quais será prestada informação circunstanciada sobre o exercício das competências delegadas.
- 2 Constituem direitos da Junta de Freguesia:
 - a) Receber atempadamente as verbas necessárias ao exercício das competências delegadas;
 - b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções que se revelem necessárias.

Cláusula 7ª

Apoio Financeiro

1. O Município apoiará financeiramente a Junta de Freguesia, dotando-a com as verbas necessárias ao desempenho das competências delegadas.
2. As transferências financeiras serão efetuadas após recepção dos respetivos autos de medição dos trabalhos e em conformidade com a existência de fundos disponíveis.
3. Os valores a transferir constam do Anexo II ao presente Acordo.

Cláusula 8ª

Apoio Técnico e humano

1. A Câmara Municipal prestará o apoio técnico necessário de que a Junta de Freguesia careça para o cabal exercício das competências delegadas e que consistirá fundamentalmente na emissão de pareceres de caráter técnico ou jurídico e de recomendações sempre que tal for solicitado.
2. Caberá à Junta de freguesia afetar os recursos humanos necessários à execução do presente acordo, podendo a Primeira Outorgante disponibilizar à Segunda meios humanos sempre que esta atempadamente os solicite, condicionado à verificação da disponibilidade dos trabalhadores do município.
3. Para além do disposto na cláusula anterior, a Câmara Municipal, caso seja necessário e exista conveniência, poderá, no âmbito do presente Acordo, sujeitar trabalhadores municipais a mobilidade interna para a Junta de Freguesia.
4. Para execução do presente acordo, a Primeira Outorgante afeta à Segunda, em tempo integral, um trabalhador conforme Mapa que se junta como Anexo III se dá por integralmente reproduzido, podendo, contudo, aquele ser substituído temporária ou definitivamente.
5. A qualquer altura pode cessar a afectação do(s) referido(s) recurso(s) humano(s), por motivo devidamente justificado, sem necessidade de alteração do presente acordo.

Cláusula 9ª

Controlo

A Junta de Freguesia submete até ao final dos meses de junho e dezembro, um relatório de avaliação das competências transferidas pelo presente acordo, que será discutido na reunião seguinte da Assembleia Municipal.

Cláusula 10ª

Vigência do acordo

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

Cláusula 11ª

Cessação do acordo

1. O presente acordo pode cessar por resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por motivos de relevante interesse público devidamente justificados.
2. O presente acordo renovar-se-á após a instalação do órgão deliberativo do Município.
3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara Municipal o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

Cláusula 12ª

Modificações ao acordo

1. O presente acordo poderá ser modificado, por acordo entre as partes, sujeito a forma escrita.
2. O presente acordo de execução é insuscetível de revogação.

Cláusula 13ª

Aprovação

O presente acordo foi aprovado na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de junho de 2014 e na sessão da Assembleia de Freguesia realizada no dia 20 de junho de 2014.

Cláusula 14ª

Publicidade

Após a sua aprovação, ambos os outorgantes deverão publicitar o presente acordo nas páginas web respetivas, bem como afixá-lo em local próprio nas respetivas sedes.

Cláusula 15ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos neste acordo de execução são contínuos.

Cláusula 16ª

Foro Competente

Para resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução do presente acordo será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal a que pertencer a Comarca de Almeirim.

Cláusula 17ª

Casos Omissos

Em tudo o que não esteja previsto no presente acordo, aplicar-se-ão as disposições da Lei 75/2013, de 12 de setembro e subsidiariamente, o Código de Procedimento Administrativo e Código dos Contratos Públicos, bem como demais legislação em vigor que lhe seja aplicável.

Cláusula 18ª

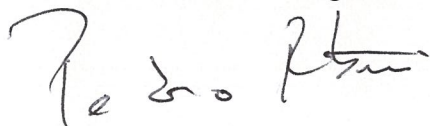
Cabimento e compromisso

1. Os encargos resultantes deste Acordo de Execução serão satisfeitos através da dotação do orçamento do Município:

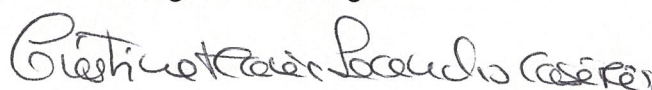
- a) Em cumprimento do disposto no artigo 8º, nº 3 da lei 8/2012, d 21 de fevereiro, foi emitido o documento de compromisso nº 2014/2790
- b) A autorização para a assunção de compromisso plurianual foi aprovada pela Assembleia Municipal de Almeirim, em reunião realizada no dia 30/06/2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, nº 1, alínea c) da lei 8/2012, de 21 de fevereiro e 12º do decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Almeirim, 9 de junho de 2014

O Primeiro Outorgante



A Segunda Outorgante



ANEXO I

AO ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA

De acordo com alínea a) da cláusula 1ª do Acordo de Execução, listam-se abaixo os espaços verdes património do Município de Almeirim, cuja manutenção e gestão se delegam na Junta de Freguesia de Raposa:

- ❖ Zona Ajardinada do Largo D. Nuno Alvares Pereira;
- ❖ Parque de Merendas;
- ❖ Canteiros na Rua da Pinheira;
- ❖ Canteiros na Rua da Escola;
- ❖ Canteiros Zona Envolvente ao Repuxo e o próprio Repuxo;

23

ANEXO II
AO ACORDO DE EXECUÇÃO
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/JUNTA DE FREGUESIA DE RAÍOSA

COMPONENTE	MENSAL	ANUAL	OBS:
Gestão e Manutenção Espaços Verdes	1.880,00 €	22.560,00 €	
Limpeza de Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros na Freguesia, pertencentes ao Património do Município	1.950,00 €	23.400,00 €	
		45.960,00 €	

[Handwritten signature]
CE.

